

Maria do Socorro Silva
Doutoranda em Educação, UFPE, Professora da UFCG/UnB.
E-mail: silvasantos@terra.com.br

Maria das Graças Correia de Almeida
Doutoranda em Educação, UFPB e colaborada técnica da SDT.
E-mail: gracamcz@hotmail.com

A EDUCAÇÃO DO CAMPO: UMA POLÍTICA ESTRATÉGICA PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

RESUMO

A implementação de políticas públicas de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais foi o resultado de processos de mobilização do setor público e de organizações da sociedade civil. Essa mobilização teve ressonância no governo brasileiro, fazendo-o propor uma política nacional capaz de guiar as estratégias e ações governamentais e não-governamentais para a construção de melhores níveis de qualidade de vida e para a diminuição de desigualdades sociais nas regiões brasileiras que apresentam os mais baixos índices de desenvolvimento humano. Esse artigo representa um esforço de reflexão teórica sobre as linhas governamentais referentes ao desenvolvimento territorial, especialmente nos espaços rurais que adotam a educação rural como agente mobilizador.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Educação Rural; Planos Governamentais

THE RURAL EDUCATION: A STRATEGIC POLITICS TO TERRITORY DEVELOPMENT

ABSTRACT

The implementation of the public policy to sustainable development of the rural territories was the result of claiming process from public sectors and civil society organizations. Those affected the Brazilian government, making him to propose a national policy to guide strategies and governmental an non- governmental actions towards quality of life and the reduction of social inequalities in the Brazilian regions which present the lowest index of human development. This article represents na effort of theoretical reflection about the government guidelines on territorial development, specially in the rural spaces which takes the rural education as a mobilization agent.

Key words: Public Policy; Rural Education; Government Guidelines.

INTRODUÇÃO

A decisão do governo brasileiro em propor uma política nacional que apóie o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais foi resultado de um processo de acúmulo e de reinvidicações de setores públicos e organizações da sociedade civil. As análises apontam para o fato de que as políticas públicas implementadas, nas últimas décadas, não conseguiram melhorias substanciais na qualidade de vida da população. A maior evidência dessa afirmação é o aumento da pobreza, da concentração fundiária e a persistência das desigualdades regionais, setoriais, sociais e econômicas. (SDT/MDA, Documentos Institucionais, n.01, p. 09).

O Governo Federal definiu, pois, clara e explicitamente, como sua meta principal de governo, diminuir a pobreza e a exclusão social. A orientação estratégica do presidente da República para o Plano Plurianual (PPA) 2004 – 2007 direciona os esforços para a diminuição das desigualdades sociais e regionais. Essa orientação presidencial está sendo consolidada nos programas sociais de vários ministérios tendo como prioridade a inclusão social, o apoio à micro e pequenos empreendimentos, a cooperativas e a agricultura familiar sustentável. Faz parte dessa prioridade a articulação das políticas públicas para o desenvolvimento territorial.

Essa decisão teve como resultado a proposta de criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT dentro da estrutura do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA para definir, orientar e apoiar a implantação de uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável a partir de uma abordagem territorial.

As ações de apoio ao desenvolvimento sustentável dos territórios rurais têm as seguintes diretrizes para a sua implementação:

- adotar a abordagem territorial como referência conceitual para a promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável;
- compreender o território como espaço socialmente construído, lugar de manifestação de diversidades culturais e ambientais que expressam limites e potenciais para a promoção do desenvolvimento rural sustentável;
- entender o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais como um processo que articula, de maneira integrada, as dimensões sociocultural, político-institucional, econômica e ambiental;

- valorizar ações que estimulem a participação da diversidade de atores sociais nos processos de elaboração, planejamento, implementação e gestão do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, considerando as dimensões de gênero, etnia, geração e raça;
- adotar metodologias participativas e mecanismos de planejamento ascendente como estratégias de fortalecimento dos processos de descentralização de políticas públicas, estimulando a autogestão dos territórios;
- estimular a construção de alianças buscando fortalecer o protagonismo dos agricultores familiares nos processos de gestão social das políticas públicas;
- atuar em sintonia e sinergia com os vários níveis de governo, com as entidades da sociedade civil e organizações dos movimentos sociais representativos dos diversos segmentos comprometidos com o desenvolvimento rural sustentável centrado na agricultura familiar e na reforma agrária;
- estimular a articulação entre as demandas sociais e as ofertas das políticas públicas, promovendo instâncias plurais e participativas, que viabilizem espaços para discussão, negociação, concentração e compartilhamento do poder decisório, no processo de gestão social;
- priorizar a redução das desigualdades econômicas e sociais, atuando, preferencialmente, em espaços de elevada concentração de agricultores familiares, assentados da reforma agrária e acampados;
- incentivar processos de fortalecimento da participação dos diversos atores nas instâncias colegiadas consultivas e deliberativas dos territórios, qualificando os mecanismos de representação e participação direta para a gestão social de políticas públicas;
- incentivar o desenvolvimento sustentável considerando a importância da dinamização econômica nos territórios rurais, com ênfase na agricultura familiar e na reforma agrária.

No âmbito operacional o trabalho está organizado em eixos centrais de intervenção ou áreas de resultados, em torno das quais, um conjunto de ações se complementam por intermédio da elaboração, implementação e gestão do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS e da implantação de um do conjunto de projetos a ele vinculados.

Esses eixos ou áreas de resultados são:¹

- Fortalecimento da Gestão Social
- Fortalecimento das Redes Sociais de Cooperação

¹ Série Documentos Institucionais n.2, maio 2005- SDT/MDA.

- Dinamização Econômica nos Territórios Rurais
- Articulação Institucional de Políticas Públicas

Em torno desta estratégia se organizam e se articulam várias ações, tais como: formação de agentes de desenvolvimento; inserção da educação do campo no processo de desenvolvimento; articulação de redes de cooperação; apoio ao comércio justo e solidário e as formas de associativismo e cooperativismo; infra estrutura social em apoio a agricultura familiar e suas formas organizativas; ampliação de espaços compartilhados de gestão social de políticas públicas e arranjos institucionais para a implementação de planos de desenvolvimento territorial. Com isto se busca investir nas áreas de resultado, acima mencionadas, visando garantir importantes transformações em cada uma das dimensões do desenvolvimento.

EDUCAÇÃO NO CAMPO: UM VETOR ESTRATÉGICO PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

O processo de mobilização, sensibilização, envolvimento de atores sociais e institucionais nesta dinâmica e construção do plano territorial de desenvolvimento, apoiado por um referencial metodológico, organiza as discussões, proposições e decisões em torno dos desafios a serem enfrentados e resultados a serem alcançados.

“Seu processo transita pela reflexão crítica sobre os problemas e potencialidades, as fragilidades e oportunidades, procurando objetivar iniciativas na forma de projetos e ações que concretizem a visão de futuro concertada entre os diversos e diferentes segmentos do território” (SDT/MDA – Série Documentos Institucionais n.2, maio 2005).

Iniciativas exitosas em outros países e no Brasil, especialmente coordenadas por organizações da sociedade civil, vêm provando, historicamente, que uma das maneiras mais eficazes de romper o círculo da pobreza é apoiar estes processos de desenvolvimento local/territorial cujos eixos estruturadores são o fortalecimento do capital humano e social, dos sistemas produtivos locais e da governança local, gerando trabalho e renda, integrando políticas públicas e construindo a gestão participativa do território.²

Nesse processo a educação é um vetor estratégico para o desenvolvimento sustentável e uma força mobilizadora

capaz de articular as inovações que se pretendem para a transformação da realidade produtiva, ambiental, política e social dos sujeitos sociais das políticas do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

O termo “educação do campo” que estamos adotando tem um sentido amplo e complexo, portanto, não deve ser entendido apenas como sinônimo de ensino. Este conceito fundamenta-se na prática educativa que temos desenvolvido nos movimentos sociais, nas diferentes organizações que atuam com educação, e na LDB – Leis de Diretrizes e Bases da Educação, n.º. 9.394/96, que determina em seu art. 1.º:

“A educação deve abranger os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”.

Ou seja, a LDB afirma que os indivíduos podem ser educados e se tornar cidadãos e cidadãs na vida em família, no trabalho, na escola, nas organizações sociais, por meio de sua cultura, etc. Reconhece, assim, que a escola e os espaços extra-escolares são um chão de aprendizagem para o exercício da cidadania.

A educação do campo pode ocorrer por meio de diferentes iniciativas, ou seja, pela:

- Educação Formal – são aquelas iniciativas dirigidas à escolarização da população nos diferentes níveis de ensino (infantil, fundamental, médio, profissional e superior), organizadas pelo sistema de ensino público, privado ou comunitário;
- Educação Não-Formal – são aquelas iniciativas dirigidas para organização comunitária, produtiva, sindical, política, cultural, religiosa, geralmente organizadas pelos movimentos sociais, sindicatos, ONG’s, pastorais e outras entidades da sociedade civil.

A Educação do Campo é toda ação educativa desenvolvida junto aos povos do campo, entendida como abrangendo os espaços da floresta, da pecuária, das minas, da agricultura, os pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas e fundamenta-se nas práticas sociais constitutivas dessas populações: os seus conhecimentos, habilidades, sentimentos, valores, modo de ser e de produzir, de se relacionar com a terra e formas de compartilhar a vida³.

² Texto Referencial do GT de Educação do CONDRAF.

³ Art. 2º §único das diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo

Não se trata, portanto, de uma identidade circunscrita a um espaço geográfico, mas sim, vinculada aos sujeitos sociais a quem se destinam os povos do campo, sejam os que vivem nas comunidades e assentamentos rurais, seja os que vivem nas sedes dos 4.485 municípios rurais do nosso país.

Nas duas últimas décadas, essa denominação vem se expandindo para demarcar o campo, o papel dos sujeitos e a importância da educação na sua formação e no desenvolvimento sustentável. Ela traz um conjunto de conhecimentos e práticas que instiga as políticas a compreenderem o campo como um espaço emancipatório, como um território fecundo de construção da democracia e da solidariedade porque se transformou no lugar, não apenas das lutas pelo direito a terra, mas também pelo direito à educação, à saúde entre outros. Essas lutas acabaram por colocar na pauta novas políticas culturais, econômicas e ambientais para o campo.⁴

No trabalho que vem sendo desenvolvido pela Coordenação-Geral de Desenvolvimento Humano, buscou-se atingir os seguintes objetivos⁵:

- Estimular a formação dos atores sociais para potencializar o desenvolvimento territorial e articular as políticas públicas de educação formal e não formal que valorizem o capital humano e social no meio rural.
 - Estimular a formulação e integração das políticas de educação formal e não formal, nos âmbitos territorial, estadual, nacional por meio da articulação interministerial e intraministerial, e da parceria com as organizações governamentais e não governamentais e dos movimentos sociais nos estados e territórios.
 - Mapear e estimular a construção de redes de educação e desenvolvimento sustentável para intercâmbios, sistematização e divulgação de experiências inovadoras de educação e cultura.
 - Apoiar e acompanhar projetos inovadores de educação e de cultura inovadores com jovens, mulheres, lideranças, dirigentes e assessores dos movimentos sociais.
 - Estimular e integrar as iniciativas de educação na elaboração dos planos territoriais de desenvolvimento rural sustentável (PTDRS).
- Participar e apoiar a realização dos seminários estaduais de educação do campo promovidos pelo MEC e parceiros dos Estados.
- Esses objetivos se expressaram por meio de várias ações, dentre as quais destacamos:
- **Coordenação colegiada no Grupo Temático de Educação do Campo do CONDRAF:** a) estudando, debatendo, elaborando propostas, oferecendo subsídios, recomendações e pareceres de forma crítica e analítica, em assuntos relacionados ao tema, encaminhando seus resultados ao Plenário do CONDRAF; b) ampliando a articulação de entidades que atuam com educação do campo e integrando os programas e projetos das unidades gestoras do MDA que são vinculados ao tema.
 - **Participação no Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo do MEC,** que tem como objetivo discutir e subsidiar o Ministério na construção de uma política de educação do campo que respeite a diversidade cultural e as diferentes experiências de educação em andamento, nas cinco regiões do País.
 - **Mapeamento das experiências inovadoras de educação do campo** que serão divulgadas no site do CONDRAF, e em publicação com o objetivo de divulgar e socializar as ações educativas que são desenvolvidas em nosso país.
 - **Realização de oficinas com entidades parceiras** que trabalham com educação do campo nos Estados.
 - **Realização de intercâmbios de experiências inovadoras em educação do campo com enfoque desenvolvimento territorial,** como espaço de formação, troca de conhecimentos e formulação de proposições para a educação do campo.
 - **Participação nos seminários estaduais de educação do campo do MEC,** como um espaço privilegiado de formulação das políticas educacionais e diálogo entre sociedade civil e gestores públicos nas diferentes esferas de governo: municipal, estadual e nacional.
 - **Apoio a projetos de educação e desenvolvimento territorial** coordenados nos territórios por entidades da sociedade civil, no sentido de fortalecer as diferentes iniciativas que estão em curso no nosso País.

⁴ Documento Final do GT de Educação do Campo do CONDRAF, Dezembro de 2005.

⁵ Fonte: Documento Institucional Proposta Técnica para a Inserção da Educação do Campo no Processo de Desenvolvimento Territorial)

- **Implementação do curso de especialização em desenvolvimento rural** com a seleção de 36 educandos(as) de territórios da Região Nordeste com primeiro módulo iniciado em janeiro de 2006 e finalização da monografia prevista para junho de 2007.
- **Realização de articulações institucionais para a promoção da educação do campo nos territórios rurais** por meio da parceria com a – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD/MEC; Secretaria de Educação Tecnológica – SETEC/MEC, Ministério do Meio Ambiente – MMA; Ministério da Saúde – MS; Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA (Secretaria da Agricultura Familiar – SAF, Secretaria do Reordenamento Agrário – SRA, INCRA/PRONERA), organizações não governamentais e secretarias estaduais de educação.
- **Realização de Oficina Nacional com a Rede Nacional de Colaboradores, consultores e parceiros para a discussão sobre a estratégia de educação no sentido de:** a) construir consensos e entendimentos básicos sobre educação do campo e sua interface com o desenvolvimento territorial sustentável, b) apresentar para apreciação e refinamento uma Proposta Técnica de trabalho nos territórios rurais; c) construir um Plano Nacional de Trabalho capaz de deslançar e/ou ampliar, por meio de Oficinas Regionais e outras diretamente executadas nos territórios, (o processo de) a inserção da Educação no processo de desenvolvimento definindo diretrizes de como isto possa ser efetivado.
- **Realização de seminários regionais com parceiros, consultores/as e articuladores(as) territoriais para:** a) discutir a Educação do Campo e o Desenvolvimento Territorial, seus objetivos e interfaces; b) definir diretrizes e estratégias de ação regional voltada para a questão em pauta; c) planejar as Oficinas Territoriais sobre a temática para a inserção e/ou ampliação do eixo aglutinador educação do campo nos planos territoriais de desenvolvimento rural sustentável (PTDRS) e nos projetos territoriais;
- **Realização de 12 (doze) Oficinas territoriais de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial, com o objetivo de:** a) definição das diretrizes e estratégia de ação que possibilitem a inserção da educação no processo de desenvolvimento; b) de-

marcação da educação como eixo aglutinador de esforços e políticas públicas favorecendo a formação dos atores locais para sua integração efetiva no processo de gestão social do desenvolvimento; c) definição de arranjos institucionais que viabilizem, intensifiquem, e ampliem os esforços neste sentido; inserção de ações/atividades voltadas para a educação do campo nos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) e nos projetos territoriais.

O desenvolvimento territorial requisita que essas ações possibilitem um fortalecimento da iniciativas e redes de educação do campo na articulação dessas práticas na contribuição de uma política pública de educação

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma educação para o desenvolvimento sustentável deve contribuir para formar todos os seres humanos com valores éticos, sem os quais a meta da sustentabilidade seria impossível. Os valores éticos são aqueles que nos permitem respeitar e apreciar, em toda sua dimensão, as múltiplas diversidades e construir, por meio do diálogo horizontal e do respeito mútuo, uma relação de convivência mais harmoniosa entre as regiões, entre os diferentes setores e sujeitos sociais e o ambiente do qual fazem parte.

O esforço que está sendo feito em nível das secretarias de governo e das instâncias colegiadas nos territórios do Brasil permite inferir que a educação constitui-se, então, numa ferramenta estratégica de inclusão e organização e social. Em conclusão, podemos dizer que analisar os resultados de uma estratégia de desenvolvimento ancorada na educação, é demasiado complexo e seria no mínimo pretensioso fazer qualquer generalização acerca do tema, considera-se por fim que a experiência é um processo histórico e em permanente construção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAPTISTA, F. M. C. BAPTISTA, N. de Q. Educação Rural: Sustentabilidade do campo. Feira de Santana, BA: MOC; UEFS; PE: SERTA, 2003.

CARNEIRO, M. J. Ruralidade: Novas identidades em construção. 1999. Mimeo.

CNE/MEC – Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo. Brasília, 2001.

CONDRAF/Grupo Temático de Educação do Campo – Proposição de Estratégias para uma Política de Educação do Campo – Documento Final – Brasília – junho/2005

CONDRAF/NEAD/MDA – Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural. Sustentável – Série Documentos SDT: número 01 – Brasília – 2005.

MOURA, A. Princípios e fundamentos da proposta educacional de apoio ao desenvolvimento sustentável – PE-ADS: um proposta que revoluciona o papel da escola diante das pessoas, da sociedade e do mundo. Glória de Goitá, PE: SERTA, 2003.

SDT/GDH. Documento Institucional Proposta Técnica para a Inserção da Educação do Campo no Processo de Desenvolvimento Territorial. 2006.